

PSICOLOGIA E DEFESA DE DIREITOS: ANÁLISE DE UMA REUNIÃO DO CMDCA EM MUNICÍPIO DO EXTREMO-OESTE CATARINENSE COMO PRÁTICA DE EXTENSÃO.

Isadora Carvalho Zaffonato¹, Francieli Pazini², Newton Gabriel de Andrade Bervian³

1. Discente do curso de graduação em Psicologia, Unoesc, São Miguel do Oeste, SC

2. Discente do curso de graduação em Psicologia, Unoesc, São Miguel do Oeste, SC

3. Docente do curso de graduação em Psicologia, Unoesc, São Miguel do Oeste, SC

Autor correspondente: Isadora Carvalho Zaffonato, isaazaffonato@gmail.com

Área: Ciências da Vida e Saúde

Introdução: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é um órgão deliberativo de políticas públicas à criança e ao adolescente, constituindo-se como espaço estratégico para a sociedade civil e poder público na defesa de direitos (BRASIL, 1990). A formação em Psicologia, por sua vez, reconhece a importância dessas para o acesso da população aos diversos serviços e direitos, bem como a necessidade de práticas de extensão comunitárias (CNE, 2023). Em consonância com esses princípios, este resumo apresenta um relato de caso de uma prática de extensão universitária em um município do Extremo-Oeste catarinense. **Objetivo:** O objetivo é analisar criticamente a reunião, evidenciando sua relevância na formulação de políticas públicas e destacando o papel da Psicologia. **Método:** Trata-se de um estudo de caso, em que a coleta de dados ocorreu através de vivência prática, de caráter descritivo-analítico, realizada em abril de 2025. A atividade consistiu na participação das estudantes como ouvintes, em uma reunião ordinária do CMDCA. O registro foi feito por meio de anotações de campo, posteriormente sistematizadas e analisadas qualitativamente. **Resultados:** Na reunião, foi possível acompanhar a eleição de uma nova diretoria e a transição para a nova gestão, conforme a exigência de alternância entre governo e sociedade civil (BRASIL, 1990), sendo a presidência assumida por representante de uma igreja do município e a vice-presidência por representante da APAE. Também foi apresentado relatório trimestral do Conselho Tutelar, que apontou maior número de atendimentos no a crianças e adolescentes no ensino fundamental em comparação ao ensino médio. Esse dado suscitou reflexões sobre a maior vulnerabilidade de crianças mais novas e a necessidade de fortalecer práticas de escuta ativa e acolhimento no contexto escolar (PAPALIA, FELDMAN, 2013). Ainda, foram planejadas atividades para o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2000). **Conclusão:** A experiência permitiu compreender o CMDCA como espaço democrático de deliberação e controle social. Evidenciou-se a complexidade dos processos decisórios e o papel da sociedade civil na construção de políticas públicas. A Psicologia, nesse cenário, assume responsabilidade ética e social ao propor estratégias de intervenção, fortalecer redes intersetoriais e atuar na defesa de direitos. Outrossim, fortaleceu a articulação entre teoria e prática e reafirmou o compromisso da formação em Psicologia com a justiça, a equidade e a proteção integral. Todavia, considera-se como limitação que os dados analisam apenas uma reunião, não permitindo generalizações, mas contribuindo para reflexões.

Palavras-chave: Psicologia; Direitos da Criança e do Adolescente; Extensão Comunitária.